

30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA:

POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS

GT 005 ANTROPOLOGIA DA CRIANÇA

“FORA DE CASA O ÚNICO SERVIÇO QUE A GENTE FAZ É BAGUNÇAR”: diferenças geracionais e contribuições de uma política pública para a agência das crianças¹

Patrícia Oliveira S. dos Santos²

Antonio Luiz da Silva³

Denise Cristina Ferreira⁴

Resumo: Neste artigo temos por objetivo discutir algumas das transformações que vêm ocorrendo no bojo da geracionalidade nas últimas décadas em Feira Nova – Orobó, uma pequena comunidade rural do agreste pernambucano. Sob a égide da perspectiva etnográfica, tendo como pano de fundo o Programa Bolsa Família e as suas condicionalidades, realizamos observação participante, entrevistas semi-estruturadas, conversas informais além de técnicas como desenhos, redações e dinâmicas infantis. Como resultado, destacaremos que naquela comunidade a vivência da infância vem passando ao longo dos tempos por significativas diferenciações. Num quadro comparativo, mostraremos que muitas das crianças do passado, hoje avós, pais, mães, tios, tiveram parte de sua realidade infantil prejudicada pela entrada precoce no mundo do trabalho ao passo que as crianças da atualidade são fortemente incentivadas à escolarização e à ludicidade. Concluiremos que a agência infantil na referida comunidade indica ser fruto de uma longa transformação histórica geracional, para a qual muito tem contribuído a intervenção da política pública nacional.

Palavras-chave: Crianças. Infância. Agência Infantil.

À guisa de introdução

O presente artigo, em sentido mais amplo, representa o esforço acadêmico desenvolvido, há alguns anos, dentro do Grupo de Pesquisa CRIAS: Criança, Sociedade e

¹ Agradecemos a todas as crianças da Comunidade Rural de Feira Nova (Orobó/PE) assim como a todas as pessoas que gentilmente contribuíram para a realização da pesquisa.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bacharel em Ciências Sociais também pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba e graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

⁴ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e licenciada em Ciências Sociais também pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Cultura/UFPB, o qual se dedica às discussões de investigações com, sobre e a partir das crianças. Em sentido mais restrito, ele é o desdobramento de uma pesquisa, realizada no ano de 2013, que teve como foco as crianças de Feira Nova, uma das diversas comunidades rurais da cidade de Orobó – PE, cujas famílias eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Naquela ocasião, o objetivo do trabalho era analisar a relação da condicionalidade escolar, uma das exigências do PBF, na vida das crianças da referida comunidade. É importante destacar que embora a pesquisa tivesse se centrado nas crianças cujas famílias eram beneficiárias do PBF, buscando compreendê-las enquanto atores sociais, não descartamos a participação das outras crianças nem dos demais atores sociais adultos da comunidade.

Os dados obtidos em campo nos mostraram, dentre outras coisas, que as crianças que aceitaram participar da pesquisa destinam a maior parte do seu tempo diário à escola e às atividades lúdicas, realizando brincadeiras infantis tanto na rua quanto em outros espaços da comunidade. Essas práticas, ludicidade e escolaridade na infância, aparentemente comuns no cotidiano das crianças rurais da comunidade de Feira Nova contemporânea, apontam para transformações bastante significativas no processo contemporâneo de socialização das crianças, sobretudo quando se compara historicamente as gerações. Essas mudanças, como veremos, só foram possíveis por conta das ações das políticas sociais implementadas no Brasil nas últimas décadas, sobretudo as que possuem um benefício pecuniário que afetam diretamente a vida das famílias em geral e das crianças em especial. Além disso, no conjunto de nossa pesquisa nos foi possível perceber como uma política pública, ao estilo do PBF, pode contribuir para uma maior visibilidade da agência infantil no contexto da vida rural.

O referencial teórico que compõe esse trabalho segue a linha dos Novos Estudos Sociais da Infância (DORNELLES & FERNANDES, 2015; FERREIRA & NUNES, 2014; RIZZINI, NEUMANN & CISNEROS, 2009; JAMES, JENKS, PROUT, 1998.)⁵, num debate interdisciplinar, embora dialogando mais diretamente com a Sociologia da Infância e a Antropologia da Criança.

Considerações aos aspectos metodológicos

Para a realização deste trabalho julgamos necessário a apropriação de uma metodologia qualitativa e participativa, por isso empregamos a etnografia nos termos propostos por Geertz (1989), considerando-a enquanto descrição densa e interpretativa.

⁵ Em inglês esse campo de estudo tem sido denominado de Childhood Studies ou ainda Child Studies.

Priorizamos a etnografia porque também acreditamos que ela se apresenta como um dos melhores caminhos para o acesso às experiências e às vivências cotidianas das crianças (SOUSA, 2015; MARTINS & BARBOSA, 2010; CARVALHO & NUNES, 2007). A etnografia, como nos ensina Sousa (2015, p. 152): “(...) é uma relação entre os objetos, pessoas, situações e sensações provocadas no próprio pesquisador, torna-se, pois, muito mais do que captura do visível; a descrição etnográfica é por sua vez, a elaboração linguística desta experiência”. Em nossa ação, atrelamos a ela um conjunto de técnicas de pesquisa, tais como entrevista, grupos focais, fotografias, conversas informais, desenhos, redações, dinâmicas e brincadeiras, com destaque para o uso da observação participante. A escolha por essa junção de técnicas nos permitiu ter uma visão mais geral sobre a vida e o cotidiano das crianças da comunidade, além de contribuir para um melhor entrosamento com os nossos sujeitos de pesquisa.

A pesquisa se deu especialmente nos espaços da própria comunidade, tais como as ruas, a escola e em especial a casa que uma das pesquisadoras ficou hospedada, a qual também serviu como espaço para as atividades com as crianças, onde estas puderam contar em primeira pessoa sobre suas vidas e suas experiências nos modos de ser criança na referida comunidade. Dirigimos nossos esforços de pesquisa na compreensão das experiências concretas do ser criança no seu contexto específico, partindo de seu cotidiano, isso sem excluir os demais atores sociais. Assim, ainda que o nosso olhar, nosso ouvir e nossa atenção tenha se voltado prioritariamente para as crianças, não deixamos de dialogar com os jovens, adultos e idosos da comunidade.

Apresentando o campo da pesquisa

O município de Orobó encontra-se localizado no Agreste setentrional de Pernambuco, distando cerca de 120 km do Recife, a capital do Estado. O município como um todo comporta uma população de 22.878, de acordo com o Censo Demográfico de 2014, sendo que deste total mais de 75% vivem em área rural, fato que corrobora para que Orobó seja considerado um município predominantemente rural, habitado majoritariamente por famílias camponesas (PAULO, 2011).

Feira Nova é uma comunidade⁶ rural da cidade de Orobó (PE) que se distancia aproximadamente 15 km da sede municipal. Na comunidade há aproximadamente cerca de 190 famílias, o equivalente próximo a 530 habitantes⁷. Sua aparência é a de um pequeno

⁶ Mesmo sendo referenciada muitas vezes como Vila, utilizamos aqui o termo comunidade por assim ser a forma como seus habitantes utilizam para se referir ao lugar onde vivem.

⁷ Dados obtidos no ano de 2013 através da Agente de Saúde Comunitária da região.

vilarejo organizado num aglomerado de casas, umas coladas às outras em sua maioria, quase todas com a mesma aparência e estrutura, se diferenciando apenas pelas cores da pintura de suas paredes. A comunidade possui ainda casas que se destacam por sua melhor estrutura e desenho projetado. E existem também aquelas casas mais simples, cujas famílias não possuem condições financeiras que permitam a realização de mudanças e melhoramentos (SANTOS, 2014).

Embora localize-se geograficamente na zona rural, Feira Nova possui um aspecto híbrido (CANCLINI, 1997), apresentando características rurais e urbanas ao mesmo tempo. Observamos que cada vez mais ela vem recebendo moradores dos sítios adjacentes, os quais preferem fixar residência nela ao invés de se deslocarem para a sede municipal ou para outros distritos, certamente por esta ainda preservar parte de seu caráter mais rural. Esse aspecto híbrido da comunidade pode ser percebido pela existência de pequenos estabelecimentos comerciais, algumas ruas calçadas, serviços urbanos como luz e água encanada, circulação de transportes automotores, convivendo com a criação de animais de pequeno porte, tais como galinha e porco, o cultivo de pequenos roçados, tanto em quintais pequenos quanto em alguns pedaços de terra que alguns possuem para plantação.

Esse aspecto híbrido da comunidade se reforça ainda pelo uso das categorias nativas rua e sítio (PAULO, 2011). Lembramos, que na linguagem comum, a categoria rua é utilizada para se referir à sede municipal (Orobó) e a categoria sítio faz referência direta às comunidades rurais. Apesar de saberem disso, os moradores se utilizam da categoria rua para se referir a comunidade de Feira Nova.

O local ainda conta com um posto de saúde, uma escola municipal, uma lan house, um mercadinho, duas “bodegas”⁸, dois bares, uma pequena lojinha de roupas, duas lojinhas que vendem vários acessórios, tais como bonecas, guarda-chuva, escova, lápis etc, o que contribui para enfatizar esse caráter mais urbano do local.

É importante destacar que esses pequenos comércios são todos extensões da própria casa, como um terraço ou uma garagem, construções que foram quebradas e ampliadas para que se estabelecessem o ambiente comercial. Esse fato demonstra uma movimentação comercial e circulação de capital na própria comunidade.

Existe uma igreja católica, freqüentada pela maioria da população local e moradores de sítios próximos. Há também uma igreja evangélica, denominada Assembléia de Deus, com

⁸ Bodega: Uma espécie de pequeno armazém ou mercearia, pequeno estabelecimento comumente chamados de bodega em algumas cidades do interior do nordeste brasileiro.

apenas uma pessoa da comunidade frequentando, sendo os demais fiéis provenientes de sítios vizinhos.

A comunidade conta com uma espécie de rede familiar extensa, através da qual se considera como parente, muitas vezes, aquele indivíduo com o qual não se possui laços consanguíneos, mas de afinidade. Assim os termos “minha comadre” “meu compadre”, por exemplo, demonstra claramente essa relação. A comadre é em geral a pessoa escolhida para ser madrinha de seu filho. Na ausência da mãe, é a comadre quem deve assumir esse papel. O mesmo vale para o compadre. A utilização do termo meu/minha demonstra o caráter de proximidade da relação extensa da rede familiar. Nesse sentido, essa relação se coaduna com o que observou Cláudia Fonseca (2004) entre os grupos populares, para os quais o conceito de família encontrava-se muito atrelado as redes de ajuda mútua. Logo isso demonstra que a família não pode ser tomada enquanto um dado pré-definido apenas pela consanguinidade, as relações familiares também se caracterizam pelo compromisso mútuo, pela proximidade relacional, pelas afinidades afetivas.

Refletindo a partir dos dados: O PBF, as condicionalidades e as mudanças geracionais e a agência das crianças

Sem dúvida, as políticas públicas são intencionais. Não existe gratuidade no sentido de suas existências nem na direção do seu financiamento. Elas são, de fato, formuladas e pagas com o objetivo de atingir determinados grupos de usuários. “Assim, acessá-las parece contribuir para estruturar a experiência de mundo de seus beneficiários em diversos níveis” (PIRES, FALCÃO & SILVA, 2014, p. 144). Assim entendemos o Programa Bolsa Família, hoje considerado o maior Programa de Transferência Condicionada de Renda do mundo, com mais de uma década de existência, beneficiando atualmente mais de **13.812.535 famílias**, tendo se tornado um programa referência para outros países.

Muitos estudos vêm destacando os efeitos que o referido programa produz entre os beneficiários, tanto no curto prazo e quanto no longo prazo. Como mudanças advindas dos efeitos imediatos do programa, os considerados efeitos a curto prazo podemos destacar as mudanças em torno da alimentação, (SANTOS & PIRES, 2011; AHLERT, 2013; PIRES, 2013; MORTON, 2013), o empoderamento das mulheres (REGO & PINZANNI, 2013), o empoderamento das crianças (PIRES, FALCÃO & SILVA, 2014); dentre tantos outros.

Um fator importante que contribuiu para essas e outras transformações foi o fato de o PBF passar a destinar diretamente à família beneficiada o dinheiro do benefício, dando com isso maior autonomia às famílias, sobretudo as mulheres, como bem mostram Rego e Pinzani

(2013). Essa mudança aciona a agência da mulher no ambiente doméstico e social, à medida em que ela passa a administrar o dinheiro recebido, gerindo-o assim conforme a necessidade familiar. Ademais, possibilita a aquisição dos chamados bens duráveis, ou nos termos nativos “compras maiores”, referentes às chamadas compras parceladas, como um sofá, um ventilador, (PIRES, SANTOS, SILVA, 2011; REGO E PINZANI, 2013).

Ainda é preciso destacar que essas mudanças são aquelas que seguem na perspectiva do objetivo central do programa, o alívio imediato da extrema pobreza e da pobreza de uma parcela da população que se encontra mais vulnerável à fome.

É também notável que as condicionalidades, base de sustentação do programa, contribuem para modificações em torno da garantia de acesso a direitos, tais como saúde e educação. A exigência de condicionalidades contribui para as chamadas transformações a longo prazo que o programa pretende alcançar. Exigir maiores cuidados no tocante à saúde e determinar frequência mínima escolar para a garantia do benefício pode, sim, ecoar na história das famílias e das crianças afetadas, promovendo melhoras na escolarização e na vida pessoal, familiar e social. Nesse sentido, tais mudanças reverberam na família como um todo, atingindo homens, mulheres, jovens e crianças contribuindo para a quebra de um ciclo geracional da pobreza.

Com relação às mudanças de longo prazo temos observado que um dos grupos que vem sofrendo mais constantemente as transformações no entorno do PBF são as crianças. Consideramos que as maiores mudanças recaem sobre elas, mais do que sobre qualquer outro elemento da estrutura geracional, visto que são elas que se inserem direta e indiretamente em todas as condicionalidades apresentadas pelo programa. “Mesmo não tendo sido criado exclusivamente para elas, é importante enfatizar que o desenho do PBF previa que as crianças fossem beneficiadas com o acesso à escola e com os serviços de saúde, na forma das condicionalidades” (PIRES, FALCÃO & SILVA, 2014, p. 145).

Entendidas como uma espécie de compromisso assumidos tanto pelas famílias beneficiárias como também pelo poder público na ampliação do acesso das famílias aos direitos sociais básicos, o PBF conta com um tripé de condicionalidades: assistência social, educação e saúde. Na assistência social, o PBF conta com o auxílio de outros programas sociais, tais como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), cujo o intuito é o de realizar atividades sócio-educativos com aquelas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidades sociais, ligadas ao trabalho infantil. Na saúde, por sua vez, tem-se a exigência do cumprimento de vacinação das crianças menores de 7 anos de idade, mantendo o calendário/cartão sempre atualizado. Além disso, dar-se ênfase à realização do

acompanhamento nutricional e no desenvolvimento das crianças menores, além da realização e acompanhamento do pré-natal e pós-natal, em atividades educativas sobre o aleitamento materno entre gestantes e nutrizes. Na educação, por sua vez, exige-se a frequência escolar mínima de 85% das crianças inseridas no programa e de 75% dos jovens.

Embora os estudos não tenham se avolumado, é importante notar que elementos como os descritos acima em uma política pública não eram encontrados em nenhuma das gerações que se encontram no convívio das crianças atuais oroboenses de Feira Nova. Seus avós e seus pais não tiveram acesso a quase nenhum tipo efetivo de política pública. Muitos afirmam que cresceram submetidos a um excesso de atividades domésticas, tendo que trabalhar no roçado ou em outra atividades que angariassem recursos para auxiliar na manutenção das despesas familiares. Muitos pais alegam que não tiveram tanto tempo para estudar. Para eles, a escola não eram um atrativo indispensável ou obrigatório. Não havia transporte público e as distâncias eram bastante acentuadas, obrigando-os a andarem a pé muitos quilômetros até a cidade ou à escola mais próximas de suas casas. *“Aqui só obtinha até a 4ª (série), aí da 5ª série a gente tinha que ir pra Matinadas (povoado vizinho). Aí eu estudava a noite, e a gente ia de pé. Às vezes a gente ia na Kombi da prefeitura que levava os professores, mas às vezes nem tinha. Imagina aí!”* (Beatriz, 28 anos). Além disso, as escolas tinham de disputar alunos com o trabalho infantil ou com qualquer forma de atividade remunerada. A ludicidade era um aspecto pouco incentivado nas gerações mais velhas, pelos mesmos motivos acima descritos.

O tripé de condicionalidades no qual se apóia o programa é o grande responsável pelas mudanças na vida das crianças. Isto porque, com o apoio da Assistência Social e com o repasse financeiro às famílias, as crianças são retiradas da situação de trabalho fora da casa e em alguns casos, como nos mostra Pires (2012) elas também se ausentam do trabalho doméstico. Em Feira Nova a presença das crianças no trabalho infantil, por exemplo, tem sido sistematicamente enfraquecido. A retirada da criança da situação de trabalho pela condicionalidade educacional, através da exigência de uma frequência mínima de 85% da criança na escola, ajuda tanto a criança quanto a escola. Em muitos casos, isso também em Feira Nova, a evasão escolar tem se diminuído bastante. Este fato, por sua vez, produz uma forte mudança geracional no âmbito familiar, sobretudo da família rural, da qual falamos aqui. Por fim, a condicionalidade da saúde, traz também em toda a sua abordagem a criança, mesmo quando essa não é diretamente mencionada, seus cuidados refletem-se nela indiretamente, como no caso do acompanhamento médico de gestantes e nutrizes.

Esse foco que as condicionalidades traz contribui, inclusive, para uma mudança na percepção que temos da criança, dando-lhe mais autonomia e liberdade. Como pensa Leite, (1996, p. 175) “(...) a concepção que temos de criança modificou-se ao longo do tempo, especialmente em funções de questões político-sociais. Sua história se fez à sombra daquela dos adultos e das instituições”. É nesse sentido que acreditamos que o PBF contribui para um maior agenciamento das crianças, à medida em que a criança ao migrar do campo do trabalho para a escola ganha mais tempo livre, o que em geral se traduz em maior tempo de lazer/ludicidade.

No espaço rural, está claro, todos os membros da família, contribuem no e com o trabalho, sobretudo as crianças, ainda que o trabalho das crianças, nesse sentido, seja considerado como ajuda e não trabalho propriamente (CALDEIRA,1960), assim como também se considera ajuda o trabalho da mulher como destaca Heredia (1979). Foi o trabalho que apareceu como característica marcante da infância dos pais da crianças de hoje e que mesmo sendo caracterizado como ajuda, não exploratório era enfadonho e trouxe certas ausências, em especial referentes à escolarização, como nos fala Mariana (27 anos): “*Eu trabalhei na roça com meus pais. Ajudava ele a apanhar capim. Era difícil.*” Não faz muito tempo, em um texto da década de 1990, estudando as relações de produção e as relações de parentesco entre os camponeses de Goiás, Brandão (1994) destacou que era inimaginável a possibilidade de uma criança a partir dos seis anos de idade não ser incorporada às atividades do trabalho familiar. O mundo rural carecia, sem dúvidas, dos seus miúdos braços, assim como a economia doméstica precisava de tudo o que sua força pequena pudesse produzir. Além disso, o trabalho da criança estava eivado de moralidade, era feito para que o pequeno não virasse um preguiçoso ou um adulto vagabundo no futuro.

A condicionalidade da educação torna a escola cada vez mais presente na vida das crianças rurais, temos observado isso a partir de Feira Nova, modificando aquilo que apresentou Silva (2004) apud Oliveira (2011) quando disse que “a escola não é algo importante para a vida e para o trabalho da população do campo, visto que a mesma está distante da sua realidade” (p.14). Ela agora se apresenta enquanto um elemento presente no cotidiano da criança e da família rural. Assim, “no espaço agrário contemporâneo, especialmente no âmbito da agricultura familiar, (...), a infância vem sofrendo profundas transformações (...) em face da ampliação dos direitos das crianças e adolescentes e da valorização da instituição escolar” (MARIN et al, 2014, p.3).

Isto posto, cabe frisar que com os programas sociais de repasse financeiro condicionado como é o Bolsa Família, o trabalho ocupa hoje cada vez menos espaço no

cotidiano das crianças. As crianças de hoje são mais poupadas em relação ao trabalho, inclusive doméstico, ganhando com isso uma maior liberdade. É assim, que todas as crianças quando questionadas sobre a realização de trabalhos agrícolas afirmavam que não realizavam nenhuma atividade de trabalho fora do âmbito doméstico. Algumas delas nem mesmo trabalho doméstico realizavam. E a resposta de uma das crianças participantes da pesquisa em momento do grupo focal torna-se emblemática nesse processo de mudança geracional: *“Fora de casa é que eu não faço mesmo. Fora de casa, o único serviço que a gente faz é bagunçar”*.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos apresentar de forma sucinta, como a implementação de uma renda mínima regular vem contribuindo para um processo de significativas mudanças geracionais na comunidade rural de Feira Nova (Orobó – PE) as quais incidem diretamente sobre as crianças do tempo presente.

As crianças contemporâneas gozam de uma maior liberdade, entendida como tempo livre, momentos de ludicidades ou mesmo como bagunça, como descreveram as próprias crianças. O trabalho quando por elas é realizado refere-se ao trabalho doméstico. A infância que antes era associada ao trabalho na roça, lembrada como um tempo de dificuldade, hoje encontra-se relacionada a escolarização/educação formal e ludicidade (maior tempo livre).

Isso só pode ser possível, graças ao repasse financeiro PBF que ao condicionar a criança para à escola não desampara a família, retirando dela o trabalho que a criança desenvolveria juntamente com os demais membros para a manutenção da família. Além do mais, outras mudanças podem ser constatadas nesse processo, como por exemplo, o consumo alimentar, com destaque para o consumo infantil, que em muitos casos se diferencia do consumo familiar em geral e também pelo entendimento e participação das próprias crianças acerca do programa.

Entendemos tais processos como importantes e significativos na vida dessas famílias. Pensamos que isso demonstra a importância de continuidade de pesquisas que visem o acompanhamento desse processo, pesquisas que observem o desenvolvimento de mudanças a logo prazo.

Finalizamos destacando a importância no desenvolvimento de pesquisas que busquem levar em consideração o ponto de vista das crianças, ouvindo-as e respeitando-as em suas falas e escolhas, considerando que o que elas tem a dizer se apresenta como importante fonte de informação para a pesquisa social em todos os aspectos, pois sabemos que “são elas (as crianças), nos dias de hoje, os principais portadores de crítica social” (MARTINS, 1993).

Referências

- AHLERT, Martina. A precisão e o luxo: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Revista Política & Trabalho (UFPB)*, n. 38, abril de 2013, pp.69-86.
- BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros: Relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: ARANTES, A. A. (et al.). *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. 3. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- CALDEIRA, C. *Menores no meio rural: Trabalho e escolarização*. Rio de Janeiro: CBPC/INEP, 1960.
- CANCLINI, Nestor. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. H. P. Cintraão, A. R. Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CARVALHO, Maria do Rosário & NUNES, Ângela. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. Trabalho publicado em Anais de evento do 31º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2007.
- DORNELLES, Leni V. FERNANDES, Natália. Estudos da Criança e Pesquisa com Crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2015.
- FERREIRA, Milena Nogueira. *Programas de transferência condicionada de renda e acessos aos serviços de saúde: um estudo de experiência do Programa Bolsa família em Manguinhos, RJ*. Dissertação de Mestrado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Auroca/ENSP, Rio de Janeiro, 2009.
- FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. *Linhas Críticas*, vol. 20, núm. 41, janeiro-abril, 2014, pp. 103-123.
- FONSECA, Cláudia. “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. *Ilha: Revista de Antropologia (Florianópolis)* Florianópolis, v.5, n.2, p. 5-31. 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- HEREDIA, Beatriz M. A. 1979. *A morada da vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JAMES, Alisson; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing Childhood*, Polity Press, 1998.
- LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. Crianças do campo: os mudos da história? *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6, julho, 1996: 170-191.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. et al.. Infância, trabalho e lúdico no contexto da agricultura familiar funageira. *Licere*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, set. 2014.

MARTINS, José de Souza. O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS FILHO, A. J; BARBOSA, M. Carmen. S. (2010). Metodologias de pesquisas com crianças. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.18, n2, p.08-28, jul./dez.

MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem o Bolsa Família no sertão baiano. Revista Política e Trabalho (UFPB), n. 38, abril de 2013, p. 43-67.

OLIVEIRA, Poliana Ferreira. Educação, Cultura Infantil e Espaço Rural. In: IX Semana Acadêmica de Ciências Sociais, 2011, Maringá. E a situação do negro no Brasil? Maringá: UEM, 2011. v. 1. p. 86-87

PAULO, Maria de Assunção Lima de. 2011b. *Juventude rural: suas construções identitárias*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

PIRES, Flávia; SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos; SILVA, Jéssica Karoline Rodrigues da. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, março 2011.

PIRES, Flávia Ferreira. “Crescendo em Catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino”. Mana, 18: 539-561. 2012.

PIRES, Flávia F; FALCÃO, Christiane R; SILVA, Antonio L. O Bolsa Família é Direito das Crianças: Participação Social infantil no Semiárido Nordeste. Teoria & Sociedade nº 22.1 - janeiro-junho de 2014.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. 2013. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.

RIZZINI, Irene; NEUMANN Mariana Menezes; CISNEROS, Arianna. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. O Social em Questão 21. Novembro de 2009.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos. 2014. *A invenção da infância: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no Agreste pernambucano*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos; PIRES, Flávia Ferreira. Conversando com crianças sobre o Programa Bolsa Família: uma análise antropológica no semi-árido. Trabalho Apresentado no XXVII Congresso Internacional Associação Latino Americana de Sociologia 6 a 11 de Setembro, Recife – UFPE, 2011.

SOUZA, Emilene L. (2015). As Crianças e a Etnografia: Criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. Iluminuras, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p.140-164, jan./jul. 2015.